



Câmara Municipal de Viana do Castelo

Ex.mo Senhor
Deputado João Vasconcelos (BE)
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 LISBOA

28 JAN. 2016

11136
N/ Ref.ª GAV

Assunto: Utilização do pesticida glifosato pelos serviços da Câmara Municipal

Em resposta ao solicitado no Requerimento n.º 290/XIII (1.ª) – AL, de 12 de janeiro p.p., referente ao assunto em epígrafe, junto se remete a V.ª Ex.ª informação da nossa Divisão de Recursos Naturais.

Com os melhores cumprimentos. *PESSOAS*

A VEREADORA DA SAÚDE,

Ana Margarida Ferreira da Silva

Município de Viana do Castelo – Informação sobre Gestão de fitofármacos e glifosato

O município de Viana do Castelo tem efetuado várias ações no sentido de diminuir e abandonar a aplicação de glifosato nos espaços públicos. Nos espaços florestais, que têm intervenção municipal através do Gabinete técnico florestal, não são aplicados produtos fitofarmacêuticos. O único serviço que ainda utiliza herbicidas é o Setor do Horto Municipal, que trata dos jardins e espaços verdes. No ano de 2015 foram aplicados no total 68 litros de herbicida com glifosato, verificando-se que a utilização tem sido decrescente ao longo dos anos.

Em paralelo e em específico para este Setor, tem sido desenvolvidas ações de formação e habilitação profissional relativas ao uso sustentável de produtos fitofarmacêuticos, indo de encontro ao estabelecido no Plano de Ação Nacional para o uso sustentável dos produtos fitofarmacêuticos e cumprindo o estabelecido na Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, de acordo com a qual é obrigatória a aplicação dos princípios gerais da Proteção Integrada por todos os utilizadores profissionais. Assim, no ano de 2014, foram formados 3 técnicos superiores do Setor do Horto Municipal como Técnicos Responsáveis, de acordo com o definido no Art.º 7º da referida Lei, e foram formados 3 jardineiros como Aplicadores, de acordo com o definido no Art.º 18 da mesma Lei. Estes técnicos já solicitaram à DGAV os respetivos certificados, em 2015, tendo-lhes sido enviada uma guia provisória. Os aplicadores também já solicitaram em 2015 os respetivos certificados à DRAPN. Em paralelo, os jardineiros do Setor do Horto Municipal têm frequentado várias outras formações em fitossanidade e proteção integrada e dispõem todos de equipamento de proteção individual e equipamentos de aplicação adequados. Ainda neste âmbito e para melhor adequação ao previsto no Art.º 5.º da Lei referida, foi elaborado um projeto para atualizar as instalações de armazenagem dos produtos.

O município, através do seu Centro de monitorização e interpretação ambiental, tem ainda previsto desenvolver um conjunto de ações de Formação / sensibilização sobre fitofármacos e outros poluentes emergentes em várias freguesias do concelho.

O abandono completo ainda não foi possível concretizar porque os métodos alternativos, térmicos ou manuais, necessitam de mais mão-de-obra, que nos últimos anos não foi possível obter. No entanto, o objetivo a curto prazo continua a ser o total abandono do glifosato nos espaços públicos geridos pelo município, procurando-se estender esse objetivo às Juntas de freguesia.

Divisão de Recursos Naturais

26/1/2016

José Paulo Vieira